

Uma visão estratégica de longo prazo para a energia⁽¹⁾

Nivalde de Castro
André Clark

O ano de 2020 impôs adversidades e imprevistos singulares advindos da pandemia. As atividades econômicas, sociais, familiares e culturais tiveram que ser redefinidas quase que instantaneamente para se adaptar a um novo e insólito cenário. Desta forma, são muito bem-vindas as iniciativas que estabelecem um olhar estratégico para um futuro além da pandemia, principalmente no setor de energia, um dos principais vetores do progresso na sociedade.

Neste contexto, deve-se destacar o Plano Nacional de Energia de 2050 (PNE), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o qual, a partir de um conjunto complexo de estudos e de um profundo diálogo com todos os atores (academia, operadores e Estado), traça parâmetros, cenários e estratégias fundamentais para os próximos 30 anos, algo raro, mas importante para todas as dimensões do desenvolvimento econômico e social.

O PNE assume uma premissa básica de compromisso firme com a sustentabilidade ambiental no âmbito do setor de energia, aderente aos objetivos globais da descarbonização. Nesta direção, o Plano foge de ideologias e foca no interesse público, partindo de uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, e reafirma a prioridade no aproveitamento dos recursos renováveis, onde o Brasil tem um imenso potencial competitivo. Adicionalmente, o documento também acerta ao indicar aprimoramentos nas políticas e nos instrumentos de competição entre as fontes geradoras e novas tecnologias.

O PNE consolida sua posição no crescimento acelerado das fontes intermitentes, eólica e solar, em função da maior competitividade derivada da redução dos custos e vinculada aos ganhos de escala das cadeias produtivas. Além disso, o Plano examina o risco associado ao fato da produção de energia depender da disponibilidade de abundância de luz solar e ventos, que não são necessariamente coincidentes com os momentos de demanda. Tanto esta característica técnica quanto a mitigação desses riscos, seja pela complementariedade de outras fontes, como o gás natural, ou pelo conhecimento granular das demandas e de novas tecnologias de armazenamento, são consideradas de forma assertiva.

Deve-se assinalar que o Plano considerou as experiências que já estão ocorrendo em outros países, tirando lições e trazendo-as à realidade e especificidade brasileira, o que permitiu projetar uma matriz energética até 2050 mais consistente e aderente à dinâmica mundial.

Outra contribuição importante a destacar do PNE, com foco em energia limpa, é o reconhecimento do potencial do hidrogênio, o qual, contudo, merece uma abordagem sob um novo prisma. Estudos de agências internacionais (IEA e Irena) e de programas de energia de vários países indicam que o hidrogênio verde, aquele produzido exclusivamente com energias renováveis, será o principal vetor para atingir a meta de carbono neutro até 2050.

Neste cenário de transição energética, o Brasil tem condições efetivas de ser um grande produtor e exportador do que será a nova commodity global. O cenário é muito favorável ao Brasil pelas vantagens competitivas em relação a outros países, tendo em vista a sua dimensão continental, localização geográfica, matriz elétrica renovável e, com destaque, o seu consistente marco regulatório, que mitiga os riscos de investimentos intensivos e de longo prazo. Desta forma, o PNE pode firmar com mais detalhes as bases estratégicas do hidrogênio verde para posicionar o país como um dos principais players da transformação energética mundial.

Outro ponto sensível é a questão da inteligência artificial. Um exemplo disso é a expansão das fontes renováveis intermitentes na matriz, a qual, vinculada à tendência inexorável da liberalização do mercado de energia elétrica, irá intensificar e aprofundar a digitalização do setor elétrico. A necessidade de controle em tempo real do mercado livre de energia com preços horários irá permitir uma ampla utilização de dados, com a tendência de ganho de valor nos processos decisórios. Assim, o tempo de latência entre a decisão de compra e venda da energia e a sua produção será muito reduzida.

Neste sentido, o preço horário e o mercado livre de energia elétrica irão requerer um forte entendimento dos equipamentos de consumo, produção e transmissão. Os dados referentes a esta nova dinâmica de mercado serão valorizados e exigirão inovações regulatórias para garantir uma base mínima de transparência e simetria de informações.

Por último, este novo e promissor panorama do setor elétrico exigirá uma atenção específica com a segurança cibernética, em especial referente à necessidade de uma política de proteção dos dados e sistemas digitais de energia. Neste aspecto, o PNE pode examinar mais a fundo e sinalizar medidas mais rígidas para orientar e preparar os principais players do setor, os agentes econômicos, o regulador e o operador do sistema, a formularem planos estratégicos para que o mercado reaja nessa direção com maior ênfase e segurança.

É importante ressaltar que o esforço da EPE, que consolidou um planejamento depois de quase 13 anos sem uma revisão dessa magnitude, é de extrema importância, ao indicar cenários e parâmetros para a transição energética do Brasil. Adicionalmente, atesta-se a maturidade do marco institucional do setor elétrico, devendo servir de inspiração e exemplo à realização de planejamentos desse tipo em outras áreas, como educação, logística, saneamento, saúde, etc. Mais do que isso, o PNE valoriza a competição saudável e construtiva entre as fontes para minimizar o custo e, em última instância, beneficiar a sociedade brasileira.

Nivalde de Castro é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).

André Clark é General Manager da Siemens Energy Brasil.

(1) Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/uma-visao-estrategica-de-longo-prazo-para-a-energia.ghtml>. Acesso em 25 de novembro de 2020.